

EDITAL**PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 0264/2026****PREGÃO ELETRÔNICO n.º 015/2026**

O presente certame licitatório será regido pela **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, pela **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, no que couber ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como pelos **decretos, instruções normativas aplicáveis**, e pelas **condições estabelecidas neste Edital e seus anexos**.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de diagnóstico por imagem, compreendendo a emissão de laudos médicos por telerradiologia para exames de radiografia e tomografia computadorizada realizados pelo hospital, bem como a realização de exames de ultrassonografia com emissão de laudos médicos presenciais.

INTERESSADO: FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até às **09h00** do dia **22/06/26**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: **22/06/26**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO: PORTARIA Nº 007/2026.

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 2.293.915,34 (Dois milhões, duzentos e noventa e três mil, novecentos e quinze reais e trinta e quatro centavos).

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pelas plataformas de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, ou através do e-mail licitacaofhfg@frutal.mg.gov.br.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O CERTAME

O Pregão Eletrônico será realizado em **sessão pública**, por meio de **sistema eletrônico**, que promoverá a comunicação via internet, mediante condições adequadas de segurança, com utilização de **mecanismos de criptografia e autenticação** em todas as suas fases, por meio da plataforma eletrônica **LICITANET**, disponível no endereço: <https://licitanet.com.br>, no **dia, horário e local indicados**, em conformidade com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**, considerando-se **apenas os dias úteis**, salvo disposição expressa em contrário.

Na hipótese de decretação de feriado, ponto facultativo ou da ocorrência de qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data inicialmente marcada, **todas as datas previstas neste Edital serão automaticamente transferidas para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente fixado, salvo comunicação em contrário.

Não será aceito **protocolo de solicitação de expedição de documentos ou certidões** para fins de substituição dos documentos exigidos para a habilitação neste certame.

Qualquer retificação neste Edital ou em seus anexos que altere substancialmente a documentação necessária para habilitação ou afete a formulação das propostas exigirá, obrigatoriamente, nova divulgação nos mesmos meios da publicação inicial e a reabertura integral dos prazos, sob pena de nulidade do certame, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Não haverá necessidade de reabertura de prazo quando a alteração promovida não comprometer a formulação das propostas nem a apresentação da documentação de habilitação.

Em nenhuma hipótese serão recebidas **propostas ou documentos fora dos prazos estabelecidos neste Edital**, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

Toda e qualquer alteração que venha a ocorrer neste Edital, tais como **errata, adendo, suspensão ou revogação**, deverá ser acompanhada pelos interessados nos seguintes endereços eletrônicos:

- Plataforma LICITANET: <https://licitanet.com.br>
- Site oficial do Município de Frutal: <https://www.frutal.mg.gov.br>
- Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

A Fundação Hospital Frei Gabriel **não se responsabiliza** por eventuais prejuízos decorrentes da falta de acompanhamento, pelos licitantes, das comunicações eletrônicas, avisos ou publicações disponibilizadas nos endereços supracitados.

Em observância ao disposto na **Lei nº 14.133/2021**, a **documentação de**

habilitação deverá ser anexada exclusivamente em meio eletrônico, diretamente na plataforma **LICITANET**, no momento definido neste Edital, sendo vedado o envio por outros meios, ressalvadas as hipóteses legais.



EDITAL**PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 0264/2026****PREGÃO ELETRÔNICO n.º 015/2026****DATA DA REALIZAÇÃO: 22/06/26****HORÁRIO: 09h00****PLATAFORMA DE LICITAÇÕES: www.licitanet.com.br**

1 – PREÂMBULO – A Fundação Hospital Frei Gabriel torna público, por determinação do Presidente, que se acha aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014 e nº 155/2016, que dispõem sobre o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, bem como dos decretos, instruções normativas e demais normas aplicáveis, encerrando-se o prazo para recebimento da **PROPOSTA DE PREÇOS** e dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** na forma estabelecida neste Edital.

Data de abertura de propostas: **22/06/26**

Recebimento de propostas: **até às 08h59**

Abertura das propostas: **22/06/26 às 09h00**, em sessão pública a ser realizada na plataforma de licitações www.licitanet.com.br.

1.1 - Os trabalhos do certame serão conduzidos pelo **Agente de Contratação**, que atuará como **Pregoeiro**, e pela **Equipe de Apoio**, devidamente designados nos autos do processo administrativo, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

1.2 - O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos gratuitamente pelos interessados nos seguintes endereços:

- Site oficial do Município de Frutal/MG: <https://www.frutal.mg.gov.br>
- Plataforma de Licitações LICITANET: <https://www.licitanet.com.br>
- Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Ou, presencialmente, no **Departamento de Licitações da Fundação Hospital Frei Gabriel**, localizado à **Avenida Brasília, nº 0333, Bairro Jardim das Laranjeiras, Frutal/MG, CEP 38.204-138**, telefone **(34) 3421-3489**, e-mail: licitacaofhfg@frutal.mg.gov.br, em dias úteis e horário de expediente.

1.3 - Toda e qualquer **alteração neste Edital**, inclusive **errata, adendo, suspensão ou revogação**, será divulgada pelos **mesmos meios utilizados**

para a publicação inicial, devendo ser acompanhada pelos interessados por meio dos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://www.licitanet.com.br>
- <https://www.gov.br/pncp/pt-br>
- <https://www.frutal.mg.gov.br>

1.4. Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse a plataforma de licitações ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2 – OBJETO – **Contratação de empresa especializada** para prestação de **serviços contínuos de diagnóstico por imagem, compreendendo a emissão de laudos médicos por telerradiologia para exames de radiografia e tomografia computadorizada** realizados pelo hospital, bem como a realização de **exames de ultrassonografia com emissão de laudos médicos presenciais**.

2.1 - **A licitação será realizada em lote único**, compreendendo a prestação integral e contínua dos serviços especializados de **diagnóstico por imagem**, que abrangem a emissão de laudos médicos por **telerradiologia** (para exames de radiografia e tomografia computadorizada realizados pelo hospital) e a realização de exames de **ultrassonografia com emissão de laudos médicos presenciais**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência anexo. **Não será admitido o parcelamento do objeto**, tendo em vista a estrita necessidade de integração técnica dos sistemas de imagem, padronização dos fluxos de laudos, continuidade do atendimento hospitalar e eficiência da execução contratual.

2.1.1. O regime de execução da contratação será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo a remuneração da contratada apurada de acordo com as quantidades efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização contratual.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - Poderão participar deste **Pregão Eletrônico** as **empresas legalmente constituídas**, do ramo de atividade compatível com o objeto licitado, que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, e que apresentem a **proposta de preços** e a **documentação de habilitação** exigidas;

3.1. Poderão participar do certame as empresas que, até às **08h59 do dia 22/06/26**, encaminharem suas **propostas de preços** exclusivamente por meio do **Sistema de Pregão Eletrônico da plataforma LICITANET**, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>, observadas as condições e prazos estabelecidos neste Edital.

3.2 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa técnica e legal:

I – o objeto da contratação consiste em **serviços comuns**, com padrões de

desempenho e qualidade objetivamente definidos;

II – o mercado possui quantidade suficiente de empresas especializadas com capacidade operacional, técnica e econômico-financeira para execução integral do objeto, sem necessidade de formação de consórcio;

III – a participação em consórcio **não se mostra necessária nem vantajosa** para ampliar a competitividade;

IV – a vedação encontra-se **compatível com o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência**, preservando a isonomia, a competitividade e a eficiência do certame.

3.3 – NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

3.3.1. Pessoas jurídicas com **falência decretada**, salvo aquelas que se encontrem em **recuperação judicial**, desde que apresentem **plano de recuperação judicial devidamente concedido ou homologado pelo juízo competente**, nos termos da jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.201/2020-Plenário e nº 2.265/2020-Plenário).

3.3.2. Pessoa jurídica **declarada inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, **enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação**, na forma da legislação aplicável.

3.3.3. Pessoa jurídica **impedida de licitar e contratar** com a Fundação Hospital Frei Gabriel ou com a Administração Pública, **durante o prazo da sanção aplicada**.

3.3.4. Pessoa jurídica **proibida de contratar com o Poder Público**, em razão do disposto no **art. 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998** (Lei de Crimes Ambientais).

3.3.5. Pessoa jurídica **proibida de contratar com o Poder Público em razão de sanções aplicadas por atos de improbidade administrativa**, nos termos da **legislação vigente**, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

3.3.6. Aquele que **mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil** com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com **agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja **cônjuge, companheiro ou parente**, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o **terceiro grau**, nos termos do **art. 14, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

3.3.7. Empresas **controladoras, controladas ou coligadas**, nos termos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**, concorrendo entre si, quando caracterizada a possibilidade de **comprometimento da competitividade ou da isonomia do certame**.

3.3.8. Pessoa jurídica que, nos **5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital**, tenha sido **condenada judicialmente, com trânsito em julgado**, por:

- exploração de **trabalho infantil**;

- submissão de trabalhadores a **condições análogas às de escravo**; ou
- contratação de adolescentes nos **casos vedados pela legislação trabalhista**.

3.3.9. Quaisquer interessados enquadrados nas **vedações previstas no art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**.

3.3.9.1. Para fins do disposto no item anterior, considera-se **participação indireta** aquela em que pessoa física ou jurídica impedida figure como **sócia, administradora ou integrante do quadro societário** da licitante, **independentemente de seu grau de atuação técnica ou operacional no certame**.

3.3.10. Sociedade **estrangeira não autorizada a funcionar no País**, na forma da legislação vigente.

3.3.11. Empresa cujo **estatuto ou contrato social** não seja **pertinente e compatível** com o objeto deste Pregão Eletrônico.

3.3.12. Sociedades integrantes de um **mesmo grupo econômico**, assim entendidas aquelas que:

- possuam **sócios, diretores ou representantes legais comuns**; ou
- utilizem **recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, salvo** se demonstrado, de forma inequívoca, que **não atuam representando interesse econômico comum**.

3.3.13. A observância das vedações previstas neste item é de **inteira responsabilidade da licitante**, sujeitando-se o infrator às **sanções administrativas, civis e penais cabíveis**, nos termos da legislação aplicável.

4. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO - Até **03 (três) dias úteis anteriores** à data fixada para o **recebimento das propostas**, qualquer pessoa poderá **solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório** deste Pregão Eletrônico, devendo o pedido ser apresentado **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, na plataforma **LICITANET**, disponível no endereço: <https://www.licitanet.com.br>, no campo próprio do processo licitatório.

Caberá ao **Agente de Contratação**, que atuará como Pregoeiro, **decidir sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis**, observado, sempre que possível, o **limite do último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública**, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.1. Caso a impugnação seja **acolhida** e resulte em **alteração do Edital que comprometa a formulação das propostas**, será **designada nova data para a realização do certame**, com a devida divulgação pelos meios oficiais. Parágrafo único. Não será necessária a redesignação da data quando a alteração **não afetar a elaboração das propostas**.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou

irregularidades, o **licitante que não o fizer até o terceiro dia útil anterior à data da sessão pública**, hipótese em que eventual manifestação será considerada **mera comunicação**, não produzindo efeitos de recurso administrativo.

4.3. A impugnação apresentada de forma **tempestiva** pelo licitante **não o impedirá de participar do certame**, até o trânsito em julgado da decisão administrativa correspondente.

5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

5.1 – CONDUÇÃO DO CERTAME - O certame será conduzido pelo **Agente de Contratação**, que **atuará como Pregoeiro**, com o auxílio da **Equipe de Apoio**, devidamente designados nos autos do processo administrativo, competindo-lhes a condução de todas as fases do Pregão Eletrônico, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e da regulamentação aplicável.

5.1.1. Acompanhar, coordenar e orientar os trabalhos da **Equipe de Apoio**, assegurando a regularidade e a eficiência do procedimento licitatório.

5.1.2. Receber, analisar e responder às **questões, pedidos de esclarecimento e impugnações** formuladas pelos licitantes ou por quaisquer interessados, relacionadas ao certame, observados os prazos legais.

5.1.3. Proceder à **abertura das propostas de preços**, no sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos no Edital.

5.1.4. Analisar a **conformidade e aceitabilidade das propostas**, em relação às exigências editalícias e aos parâmetros definidos no Termo de Referência.

5.1.5. **Desclassificar propostas**, quando for o caso, mediante **decisão motivada**, com a devida indicação dos fundamentos legais e técnicos.

5.1.6. Conduzir os **procedimentos relativos à etapa de lances**, bem como à classificação das propostas e à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**.

5.1.7. Proceder à **verificação da habilitação** do licitante classificado em primeiro lugar, observada a **inversão de fases própria do Pregão Eletrônico**.

5.1.8. **Declarar o vencedor do certame**, após o atendimento integral das exigências de habilitação e julgamento.

5.1.9. Receber, examinar e **decidir sobre a admissibilidade e a pertinência dos recursos administrativos**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.1.10. Registrar e **formalizar eletronicamente os atos da sessão pública**, incluindo decisões, julgamentos e ocorrências relevantes, no sistema utilizado.

5.1.11. Encaminhar o processo devidamente instruído à **autoridade competente**, para fins de **adjudicação e homologação**, bem como para a autorização da contratação.

5.2 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET - As pessoas jurídicas interessadas em participar deste Pregão Eletrônico deverão **credenciar-se previamente no sistema eletrônico da LICITANET**, por meio da indicação formal de **representante(s) legal(is) ou operador(es)**, mediante **Termo de Credenciamento**, com poderes para **formular propostas, ofertar lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame**, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>.

5.2.1. O acesso do operador ao Pregão Eletrônico, para fins de **encaminhamento de proposta de preços, apresentação de lances sucessivos e envio de documentação**, em nome do licitante, dar-se-á **exclusivamente mediante a utilização de login e senha privativos**, previamente cadastrados no sistema.

5.2.2. A **chave de identificação e a senha** do operador poderão ser utilizadas em quaisquer Pregões Eletrônicos realizados na plataforma LICITANET, **salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema**, por motivo justificado.

5.2.3. É de **inteira e exclusiva responsabilidade do usuário** o sigilo da senha, bem como o seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, **não cabendo à Administração ou à LICITANET** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico **implica responsabilidade legal pelos atos praticados**, bem como a **presunção de capacidade técnica, jurídica e operacional** para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2.5. A **perda da senha ou a constatação de quebra de sigilo** deverá ser comunicada **imediatamente ao provedor do sistema eletrônico**, para fins de **bloqueio do acesso**, não sendo admitida a alegação de desconhecimento ou uso indevido como justificativa para descumprimento de obrigações assumidas no certame.

5.3 – PARTICIPAÇÃO - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á mediante a **utilização de senha pessoal e intransferível** do representante legal ou operador **devidamente credenciado** no sistema eletrônico, com o **prévio cadastramento da proposta inicial de preços**, exclusivamente por meio da plataforma LICITANET, observados a **data e o horário limite** estabelecidos neste Edital.

5.3.1. Caberá ao licitante **acompanhar todas as operações realizadas no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão**, responsabilizando-se integralmente pelos **ônus decorrentes da perda de negócios** em razão da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de eventual **desconexão de seu representante**, ainda que momentânea.

5.3.2. Quaisquer dúvidas relacionadas ao **acesso, funcionamento ou operacionalização do sistema eletrônico** poderão ser esclarecidas diretamente junto ao suporte da plataforma LICITANET, pelos seguintes canais:

- Telefones: **(34) 2512-6500 – opção 2 | (34) 3014-6633**
- E-mail: **comercial@licitanet.com.br**

5.3.3. Declaração expressa de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações, das peculiaridades do ambiente hospitalar e das condições locais para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por essa avaliação, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

5.4 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES - A partir do **horário previsto neste Edital e no sistema LICITANET** para o encerramento do cadastramento das propostas iniciais, terá início a **sessão pública do Pregão Eletrônico**, com a divulgação das propostas de preços recebidas, cabendo ao **Agente de Contratação (Pregoeiro)** proceder à análise preliminar da **conformidade e aceitabilidade das propostas**, em relação às exigências editalícias.

5.4.1. Os **quantitativos a serem cotados** deverão observar **integralmente aqueles previstos no Termo de Referência**, não sendo admitidas propostas em quantitativo inferior ao estabelecido.

5.4.1.1 Não será admitida a apresentação de **preços distintos para um mesmo item ou lote**, devendo o licitante observar a forma de julgamento definida neste Edital.

5.4.2. O envio da proposta por meio do sistema eletrônico **pressupõe o pleno conhecimento e a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital**, bem como o atendimento aos requisitos de habilitação, sendo o licitante **integralmente responsável** por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como **firmes e verdadeiras** suas propostas e lances.

5.4.3. A proposta eletrônica deverá ser **obrigatoriamente registrada no sistema LICITANET**, contendo, conforme o caso:

- descrição completa do objeto;
- marca e modelo, quando aplicável;
- **valor unitário e valor total por lote**, conforme o critério de julgamento;

5.4.4. Na hipótese de o licitante enquadrar-se como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)**, deverá **informar tal condição no campo próprio da proposta eletrônica**, sob pena de **não usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006**, inclusive quanto aos critérios de desempate, quando aplicáveis.

5.4.5. O objeto ofertado deverá estar **integralmente em conformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência**, sob pena de desclassificação.

5.4.6. A proposta apresentada deverá ter **validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão Eletrônico. Na

ausência de indicação expressa, considerar-se-á automaticamente aceito o prazo estabelecido neste Edital.

5.4.7. O **preço proposto** será considerado **completo e suficiente** para a execução do objeto, **incluindo todos os custos diretos e indiretos**, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, despesas operacionais, administrativas, lucros e quaisquer outros ônus necessários ao fiel cumprimento do contrato, ainda que não expressamente previstos neste Edital.

5.4.8 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão observadas, inicialmente, as regras de preferência previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e, posteriormente, os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.8.1. Como critério de desempate preliminar, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) cujas propostas finais apresentem valores até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço registrado, sendo a ME/EPP mais bem classificada convocada para apresentar nova proposta inferior à vencedora, nos termos do art. 44, § 2º, e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4.8.2. Somente após a aplicação da regra de preferência para ME/EPP descrita no subitem anterior, e persistindo o empate, serão adotados, sucessivamente, os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

5.4.8.3. Comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de **ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho**, nos termos da regulamentação aplicável.

5.4.8.4. Comprovação da existência de **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle, quando aplicável.

5.4.9. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos nos itens anteriores, será assegurada **preferência**, sucessivamente, a bens e serviços:

I – prestados por **empresas brasileiras**;

II – prestados por empresas que **invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País**;

III – prestados por empresas que comprovem práticas de **mitigação de impactos ambientais**, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.4.10. Persistindo, ainda, o empate, a **proposta vencedora será definida por sorteio**, a ser realizado automaticamente pelo **sistema eletrônico**, entre as propostas empatadas.

5.5 - DA DESCLASSIFICADAS DAS PROPOSTAS - Serão **desclassificadas** as propostas que **não atendam às especificações técnicas**, aos **prazos**, às **condições** e às demais exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, em especial no **Termo de Referência**.

5.5.1. Serão igualmente desclassificadas as propostas que, **por ação ou omissão do licitante**, contenham **elementos que permitam sua identificação** durante a fase em que o sigilo das propostas deva ser preservado, quando aplicável.

5.5.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentem **descrição incompleta, imprecisa ou insuficiente dos itens**, de modo a **impedir a adequada avaliação de sua conformidade** com as especificações técnicas exigidas.

5.5.3. Toda **desclassificação será devidamente fundamentada**, com a indicação clara dos motivos técnicos ou legais que a justifiquem, e **registrada no sistema eletrônico**, possibilitando o **acompanhamento em tempo real por todos os participantes**, em observância aos princípios da **transparência, motivação e julgamento objetivo**.

5.6 - FORMULAÇÃO DE LANCES - Aberta a **etapa competitiva**, os representantes dos licitantes deverão permanecer **conectados ao sistema eletrônico**, para participação na sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será **imediatamente informado** de seu recebimento, com o respectivo **horário de registro e valor**.

5.6.1. O lance ofertado é **irretratável** e de **inteira responsabilidade do licitante**, não sendo admitida a sua desistência, salvo em razão de fato superveniente devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

5.6.2. O **intervalo mínimo de diferença entre os lances** será de **0,10% (zero vírgula dez por cento)**, observado o critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**.

5.6.3. Não serão aceitos **dois ou mais lances de mesmo valor**, prevalecendo aquele que for **recebido e registrado em primeiro lugar** pelo sistema eletrônico.

5.6.4. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão **informados em tempo real do menor valor registrado**, sendo preservado o **anonimato dos autores dos lances**, nos termos da legislação aplicável.

5.6.5. No caso de **desconexão do Pregoeiro** durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá **permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances**, retomando o Pregoeiro sua atuação tão logo seja restabelecida a conexão, **sem prejuízo dos atos regularmente praticados**.

5.6.6. Quando a desconexão do Pregoeiro **persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será **suspensa**, sendo reiniciada **somente após comunicação expressa** aos licitantes, por meio do sistema eletrônico, com a indicação de **nova data e horário** para a reabertura da sessão.

5.6.7. O **modo de disputa será o ABERTO**, com **duração inicial da etapa de lances de 10 (dez) minutos**, findo o qual o sistema poderá **prorrogar automaticamente** o encerramento da etapa, sempre que houver lance ofertado nos **últimos minutos**, conforme regras do sistema e da regulamentação aplicável.

5.6.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema eletrônico **ordenará as propostas**, partindo daquela que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, para fins de julgamento.

5.6.9. O Pregoeiro **anunciará o licitante detentor da melhor proposta**, imediatamente após o encerramento da etapa de lances, procedendo às etapas subsequentes do certame.

5.6.10. Se a proposta ou o lance de **menor valor** não for aceitável, ou se o licitante **não atender às exigências de habilitação**, o Pregoeiro examinará a **proposta subsequente**, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e habilitação, **sucessivamente**, até a apuração de proposta que atenda às exigências do Edital.

Parágrafo único. Nessa fase, o Pregoeiro **poderá negociar** com o licitante classificado, visando à **obtenção de melhor preço** para a Administração.

5.6.11. Caso **não sejam apresentados lances**, será verificada a **conformidade da proposta inicial de MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)** com o **valor estimado da contratação**, conforme definido no processo administrativo.

6 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO - Para o julgamento desta licitação será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, observadas a **conformidade da proposta** com as especificações técnicas, os **parâmetros mínimos de qualidade**, os **prazos de execução/fornecimento** e as **demais condições** estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, especialmente no **Termo de Referência**.

6.1. Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, concluída eventual **negociação**, o **Agente de Contratação (Pregoeiro)** anunciará o **licitante detentor da proposta ou lance de MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, desde que considerada **aceitável**.

6.2. Se a proposta ou o lance de **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)** não for aceitável, o Pregoeiro examinará a **proposta subsequente**, na ordem de classificação, verificando a sua **aceitabilidade** e procedendo à **análise da habilitação**, repetindo-se o procedimento **sucessivamente**, até a apuração de proposta que atenda integralmente às exigências deste Edital.

6.3. De todos os atos praticados durante a sessão pública, o sistema eletrônico **gerará ata circunstanciada**, na qual constarão o registro cronológico das etapas do procedimento, as decisões adotadas e as ocorrências relevantes, assegurando-se a **transparência e a rastreabilidade** do certame.

7 - DOS CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES – As **Microempresas (ME)**, **Empresas de Pequeno Porte (EPP)** e o **Microempreendedor Individual (MEI)** deverão **apresentar toda a documentação exigida para fins de habilitação**, inclusive aquela relativa à **regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que **contenha alguma restrição**, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1. Havendo **restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista** da licitante enquadrada como ME, EPP ou MEI, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contado a partir da **declaração do vencedor**, para a **regularização da documentação**, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de **certidões negativas ou positivas com efeito de negativa**, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo único. O prazo referido no caput **poderá ser prorrogado por igual período**, a critério da Administração, mediante justificativa formal.

7.2. A **não regularização da documentação** no prazo previsto implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração:

I – convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato; ou

II – revogar a licitação, nos termos da legislação aplicável.

8 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA - Encerrada a etapa de lances e eventual negociação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto, conformidade com as especificações técnicas e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, conforme definido neste Edital e em seus Anexos.

8.1. Serão desclassificadas as propostas que:

8.1.1. Embora o critério de julgamento da licitação seja o menor preço global do lote único, o critério de aceitabilidade de preços incidirá também sobre os valores unitários de cada item. Serão desclassificadas as propostas cujos preços unitários superem o valor máximo estimado pela Administração, prevenindo-se a prática de “jogo de planilha” (Acórdão 2190/2024 – Plenário TCU).

8.1.2. Contiverem vícios insanáveis que comprometam sua validade jurídica ou técnica;

8.1.3. Não atenderem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital e no Termo de Referência;

8.1.4. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao valor estimado da contratação, quando este for parâmetro de aceitabilidade;

8.1.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, nos termos da legislação aplicável;

8.1.5.1. A presunção de inexequibilidade de preços possui natureza relativa, sendo vedada a desclassificação sumária de proposta sob esta alegação sem a prévia realização de diligência destinada a oportunizar à licitante a demonstração da exequibilidade de seus preços, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.5.2. A demonstração de exequibilidade poderá ocorrer mediante apresentação

de planilhas de composição de custos, contratos em execução, notas fiscais, comprovação de economia de escala, metodologia operacional, produtividade, tecnologia empregada ou quaisquer outros elementos idôneos capazes de comprovar a viabilidade da execução contratual.

8.1.6. Apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital.

9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Encerrada a fase de julgamento das propostas e da negociação, quando houver, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar os documentos de habilitação, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente por meio da plataforma LICITANET.

Parágrafo único. O prazo poderá ser **prorrogado**, a critério do Pregoeiro, mediante solicitação **justificada** do licitante, formulada antes do seu término, nos termos da legislação aplicável.

9.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA - A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do licitante:

9.1.1. No caso de **empresário individual**:

- inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da **Junta Comercial** da respectiva sede.

9.1.2. No caso de **sociedade empresária limitada, anônima ou unipessoal (SLU)**:

- **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, **acompanhado de documento de eleição ou indicação de seus administradores**, quando aplicável.

9.1.3. No caso de **sociedade simples**:

- inscrição do **ato constitutivo** no **Registro Civil das Pessoas Jurídicas** do local de sua sede, acompanhada de **prova da indicação dos administradores**.

9.1.4. No caso de **cooperativa**:

- **ata de fundação e estatuto social em vigor**, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o **registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**, quando aplicável.

9.1.5. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**:

- **decreto de autorização** para funcionamento no Brasil, expedido na forma da legislação vigente; e
- ato constitutivo ou equivalente, com prova de representação legal no

território nacional.

9.1.6. Caso o licitante esteja **dispensado de registro ou de apresentação de determinado documento**, por força de disposição legal específica, deverá apresentar o **documento comprobatório da dispensa ou declaração correspondente**, sob as penas da lei.

9.1.7. Os documentos de habilitação jurídica deverão ser apresentados **com todas as alterações contratuais consolidadas**, ou acompanhados de **todas as alterações posteriores**, de modo a permitir a verificação da situação jurídica atual da empresa.

9.2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA - A comprovação da **regularidade fiscal, social e trabalhista** será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, por meio do respectivo cartão, o qual também poderá ser utilizado para fins de **comprovação do enquadramento como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)**, quando aplicável.

9.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa aos **tributos federais e à Dívida Ativa da União**, bem como **regularidade perante a Seguridade Social (INSS)**, mediante apresentação de **certidão conjunta**, expedida pela **Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB** e pela **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN**, nos termos da legislação vigente.

9.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, por meio do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, ou, quando for o caso, **Certidão Positiva com Efeitos de Negativa**, desde que os débitos estejam garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa.

9.2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à **proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme modelo constante do **Anexo correspondente**.

9.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - A qualificação econômico-financeira será comprovada por meio dos documentos a seguir, **limitados ao necessário para demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes do contrato**, nos termos do **art. 69 da Lei nº 14.133/2021**.

9.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida **há, no máximo, 90 (noventa) dias** da data da sessão pública, se outro prazo de validade não constar do próprio documento.

Parágrafo único.

I – No caso de **sociedade simples**, deverá ser apresentada **certidão negativa de distribuição de processos cíveis**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

II – Em caso de **certidão positiva**, a licitante deverá apresentar **certidão de objeto e pé**, que permita verificar a natureza da demanda e a situação processual, cabendo ao Pregoeiro avaliar a compatibilidade com a execução contratual.

9.3.2. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, poderá ser exigida a apresentação dos seguintes documentos, **observada a proporcionalidade em relação ao valor estimado e à natureza do objeto**:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível, apresentados na forma da lei, **vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios**;

b) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, quando aplicável, e demais demonstrações que integrem obrigatoriamente as demonstrações financeiras, **assinadas por contador regularmente registrado no CRC**;

c) Os documentos contábeis deverão estar acompanhados do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário, ou de **autenticação digital**, conforme a legislação vigente, quando aplicável;

d) Para a qualificação econômico-financeira, as licitantes deverão comprovar Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro de, no mínimo, **16,66%** (dezesesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor estimado da contratação.

d.1) Em observância aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o percentual será apurado exclusivamente sobre o valor estimado da contratação referente ao período inicial de 12 (doze) meses, independentemente da possibilidade de prorrogação contratual.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes em volume correspondente a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, sendo exigido que os atestados comprovem a prestação contínua dos serviços por um período não inferior a 12 (doze) meses.

9.4.1. Visando não restringir indevidamente a competitividade do certame, será

admitido o somatório de atestados de capacidade técnica para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.

Parágrafo único. Os atestados deverão conter, no mínimo:

- identificação do contratante;
- descrição sucinta dos serviços prestados;
- período de execução;
- declaração de que os serviços foram executados de forma satisfatória.

9.4.2. A comprovação do vínculo dos profissionais com a licitante poderá ser feita por meio de:

- contrato social, quando sócio;
- contrato de trabalho;
- contrato de prestação de serviços; ou
- declaração de compromisso de contratação, no caso de vencedor do certame.

9.4.3. Não será exigida estrutura operacional mínima desproporcional, nem quantitativo excessivo de profissionais, devendo as exigências guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado, em observância ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, econômico-financeira e técnica, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e adoção das medidas previstas na Lei nº 14.133/2021.

10 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA - A **proposta final** do licitante declarado vencedor deverá ser **encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contado a partir da **solicitação do Agente de Contratação (Pregoeiro)** no sistema.

Parágrafo único. O prazo poderá ser **prorrogado**, a critério do Pregoeiro, mediante **solicitação justificada** do licitante, apresentada antes do seu término.

10.1. A proposta final deverá:

- I – ser apresentada em **língua portuguesa**, em formato **digital, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas**;
- II – estar **devidamente assinada eletronicamente** pelo representante legal da licitante ou por procurador com poderes específicos;
- III – refletir **integralmente os valores finais negociados**, quando houver.

10.2. A proposta deverá conter, de forma clara e completa:

- I – **razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail)** da licitante;
- II – **dados bancários** para fins de pagamento (banco, agência e número da conta);
- III – **descrição detalhada do objeto**, em conformidade com o Termo de Referência;

IV – **valor final por lote**, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital;

V – A proposta comercial readequada ao lance vencedor deverá apresentar os valores unitários e totais de todos os itens (fixos e variáveis) previstos no Termo de Referência. É obrigatório que o percentual de desconto obtido no lance global vencedor seja aplicado de forma linear e proporcional a todos os itens da planilha de custos estimada pela Administração. Fica terminantemente vedada a majoração de valores unitários ou o desequilíbrio na composição dos preços ofertados em relação à pesquisa de mercado, de modo a coibir a prática de jogo de planilha.

10.3. A proposta final será **juntada aos autos do processo administrativo** e servirá como **referência para a execução contratual**, inclusive para fins de **apuração de responsabilidades e aplicação de sanções**, quando cabíveis.

10.4. Todas as **especificações do objeto** constantes da proposta vencedora, inclusive eventuais referências a **marca, fabricante ou procedência**, quando aplicáveis, **vincularão a contratada** durante a execução do contrato.

10.5. As **propostas, valores e documentos complementares** permanecerão disponíveis para consulta pública nos sistemas eletrônicos oficiais, **após a homologação do certame**, em observância aos princípios da **publicidade e transparência**.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Declarado o vencedor do certame e, quando for o caso, **encerrada a fase de regularização fiscal** da licitante enquadrada como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)**, qualquer licitante poderá **manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de interpor recurso**, em **campo próprio do sistema eletrônico**, no prazo de **10 (dez) minutos**, contado a partir da declaração do vencedor, **sob pena de preclusão**.

11.1. A **ausência de manifestação imediata da intenção de recorrer**, no momento oportuno da sessão pública, **implicará decadência do direito de recurso**, ficando o **Agente de Contratação (Pregoeiro)** autorizado a prosseguir com o certame.

11.2. Havendo manifestação de intenção de recurso, caberá ao Pregoeiro **verificar a tempestividade e a admissibilidade**, decidindo **fundamentadamente** sobre o seu recebimento.

11.2.1. Na análise da admissibilidade, o Pregoeiro **não apreciará o mérito do recurso**, limitando-se à verificação dos pressupostos formais de cabimento.

11.3. Admitido o recurso, o licitante recorrente deverá **apresentar as razões recursais**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de **03 (três) dias úteis**.

Parágrafo único. As demais licitantes ficarão, desde logo, **intimadas a apresentar contrarrazões**, também por meio do sistema eletrônico, em **igual prazo de 03 (três) dias úteis**, contado a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada **vista imediata dos elementos**

indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O **acolhimento do recurso** importará na **invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento**, mantidos os demais atos regularmente praticados, em observância ao princípio do **aproveitamento dos atos administrativos**.

11.5. Os **autos do processo administrativo** permanecerão com **vista franqueada aos interessados**, preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo do acesso presencial no endereço indicado neste Edital, observado o horário de funcionamento da Administração.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Encerradas as fases de **julgamento das propostas, habilitação** e, quando houver, **exauridos os recursos administrativos**, o processo licitatório será **encaminhado à autoridade competente**, para fins de **adjudicação do objeto ao vencedor e homologação do certame**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

12.1. A **adjudicação** será realizada em favor do licitante vencedor do certame, desde que atendidas todas as exigências previstas neste Edital e em seus Anexos.

12.2. A **homologação** consistirá no ato pelo qual a autoridade competente **verificará a regularidade de todos os atos praticados no procedimento licitatório**, podendo:

- I – **homologar** a licitação, quando constatada a sua legalidade;
- II – **revogar** a licitação, por razões de interesse público devidamente justificadas; ou
- III – **anular** o procedimento, total ou parcialmente, em caso de ilegalidade, observado o devido processo legal.

12.3. A homologação do certame **não gera direito subjetivo à contratação**, constituindo condição necessária para a posterior **celebração do contrato administrativo**, nos termos da legislação vigente.

13 - CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO - Concluído o processo licitatório, após a **homologação**, o licitante vencedor será **convocado por meio do sistema eletrônico e/ou correio eletrônico (e-mail)** para **assinar o contrato administrativo**, conforme **minuta anexa**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, **sob pena de decair do direito à contratação**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.1. Alternativamente à convocação para comparecimento presencial, a Administração poderá **encaminhar o contrato para assinatura por meio eletrônico**, inclusive com **assinatura eletrônica**, ou por **correspondência com aviso de recebimento (AR)**, hipótese em que o prazo para assinatura será de até **05 (cinco) dias úteis**, contado da data do efetivo recebimento.

13.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser **prorrogado uma única vez, por igual período**, mediante **solicitação formal e devidamente justificada do licitante vencedor**, apresentada durante o seu transcurso, e

aceita pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.3. O contrato será **formalizado sempre que necessário**, observando-se o disposto no **Termo de Referência**, com a indicação do **licitante vencedor**, do **objeto**, do **prazo de vigência**, do **valor contratado** e das **demais cláusulas essenciais**, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O **não comparecimento ou a recusa injustificada** do licitante vencedor em assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos neste Edital, **autorizará a Administração a convocar os licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, ou a **revogar a licitação**, sem prejuízo da aplicação das **sanções administrativas cabíveis**.

14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO – Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a análise de risco realizada pela Administração, a forma de remuneração por produção efetivamente executada e a viabilidade de fiscalização contínua da execução contratual.

14.1. A dispensa da garantia de execução **não exime a contratada do integral cumprimento das obrigações assumidas**, nem afasta a aplicação das **sanções administrativas, civis e contratuais** previstas neste Edital, no contrato e na legislação vigente, em caso de inadimplemento.

15 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO - O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data de sua assinatura e da emissão da respectiva ordem de serviço**, podendo ser **prorrogado sucessivamente**, desde que comprovada a **vantajosidade para a Administração**, observado o **limite máximo de até 60 (sessenta) meses**, nos termos do **art. 106 da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de **serviço contínuo**.

15.1. A prorrogação contratual será realizada de forma **anual**, mediante:

I – **justificativa técnica formal**, que demonstre a necessidade da continuidade do serviço;

II – **avaliação satisfatória da execução contratual**, quanto à qualidade e regularidade dos serviços prestados;

III – **comprovação da vantajosidade econômica da prorrogação**, inclusive por meio de pesquisa de preços ou análise comparativa de mercado;

IV – **manifestação da autoridade competente**, precedida de parecer técnico e jurídico, quando exigido.

15.2. A prorrogação do contrato **não constitui direito subjetivo da contratada**, ficando condicionada ao **interesse público**, à **disponibilidade orçamentária** e ao atendimento integral das condições estabelecidas neste Edital e no contrato.

16 - REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1 – DO REAJUSTE DE PREÇOS - Os preços contratados serão **reajustados anualmente**, observado o **interregno mínimo de 12 (doze) meses**, contado a partir da **data da apresentação da proposta** ou da **data do último reajuste**, conforme o caso, com base na **variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, divulgado pelo IBGE, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

16.2 – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - Independentemente do reajuste anual, poderá ser concedido o **reequilíbrio econômico-financeiro do contrato**, a qualquer tempo, desde que comprovada a ocorrência de **atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração**, que impactem diretamente os custos da execução contratual, nos termos do **art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021**.

Parágrafo único. O pedido de reequilíbrio deverá ser **formalmente instruído pela contratada**, com a devida **demonstração analítica da variação extraordinária dos custos**, cabendo à Administração a análise técnica e decisória quanto ao pleito.

16.3 – DA NÃO APLICAÇÃO DA REPACTUAÇÃO - **Não será admitida repactuação de preços**, tendo em vista que o objeto da contratação **não envolve serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

17 – DA RESCISÃO CONTRATUAL - O contrato poderá ser **rescindido**, a qualquer tempo, **por ato unilateral e escrito da Administração**, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos **arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021**.

17.1. Constituem motivos para a **rescisão unilateral do contrato**, dentre outros previstos em lei:

- I – o **descumprimento total ou parcial** das cláusulas contratuais, especificações, prazos ou obrigações assumidas;
- II – a **lentidão na execução dos serviços**, que comprometa a sua finalidade;
- III – a **paralisação injustificada** da execução do contrato;
- IV – a **não assinatura do contrato ou não retirada da nota de empenho**, quando convocado, sem justificativa aceita pela Administração;
- V – razões de **interesse público**, devidamente motivadas.

17.2. A rescisão contratual será **formalizada por despacho da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa**, sem prejuízo da aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, quando for o caso.

17.3. Na hipótese de rescisão por culpa da contratada, a Administração poderá, observada a ordem de classificação do certame:

I – **convocar os licitantes remanescentes** para a continuidade da contratação;
ou

II – **realizar nova licitação**, conforme o interesse público.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste Edital, do Termo de Referência e do contrato, **obrigam-se as partes** ao cumprimento das disposições a seguir.

18.1 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Compete à **CONTRATADA** assegurar o **integral cumprimento das obrigações assumidas**, em especial:

18.1.1. Prestar os serviços contratados conforme as condições, prazos, quantitativos e especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

18.1.2. Cumprir integralmente as exigências técnicas, profissionais e operacionais previstas no Termo de Referência, assegurando que a execução dos serviços ocorra em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e profissionais aplicáveis.

18.1.3. A Contratada deverá manter responsável técnico médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina competente, bem como assegurar que todos os laudos médicos sejam emitidos por profissionais legalmente habilitados e com registro ativo no CRM, observadas as normas do Conselho Federal de Medicina, da RDC ANVISA nº 611/2022 e demais normas sanitárias aplicáveis.

18.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive deslocamentos, materiais, insumos e demais custos indiretos, quando aplicável.

18.1.5. Responder por **danos pessoais ou materiais** causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de **ação ou omissão** de seus profissionais, empregados ou prepostos, no exercício da execução contratual.

18.1.6. Comunicar **imediatamente e por escrito** à Contratante quaisquer **ocorrências anormais, intercorrências ou fatos impeditivos** verificados durante a execução dos serviços, prestando todas as informações necessárias.

18.1.7. Executar os serviços contratados **de acordo com a demanda da Administração**, respeitados os limites, condições e quantitativos previstos no Termo de Referência, **não havendo garantia de demanda mínima**, salvo previsão expressa em contrário.

18.1.8. Cumprir integralmente as **obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e securitárias**, relativas aos profissionais envolvidos na execução contratual, **inexistindo qualquer vínculo empregatício** entre tais profissionais e a Contratante.

18.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, as **condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação**, apresentando, sempre que solicitado, a documentação comprobatória pertinente.

18.1.10. Submeter-se à **fiscalização da Contratante**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as determinações regularmente emitidas pelo **gestor ou fiscal do contrato**, nos termos da legislação vigente.

18.1.11. A subcontratação dos serviços de telerradiologia, emissão de laudos médicos e ultrassonografia será admitida desde que devidamente justificada pela Contratada e mediante prévia e expressa autorização da Administração, em estrita observância ao art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.11.1. Para a concessão da autorização, a empresa subcontratada deverá preencher e comprovar todos os requisitos de habilitação, de qualificação técnica-operacional, regulatórios (RDC Anvisa nº 611/2022) e de segurança da informação (LGPD) exigidos neste Edital e no Termo de Referência, nas exatas proporções da parcela do objeto a ser subcontratada.

18.1.11.2. A subcontratação não exime a Contratada principal de suas responsabilidades legais e contratuais, permanecendo esta como única e integral responsável perante a Administração pela execução padronizada dos serviços, pela qualidade dos laudos, pelo cumprimento dos prazos (SLA) e pela garantia absoluta do sigilo dos dados dos pacientes.

18.1.12. A Contratada deverá comprovar, durante toda a execução contratual, o cumprimento da reserva legal de cargos para Pessoa com Deficiência (PCD) e Jovem Aprendiz, quando legalmente exigível, mediante apresentação de documentação comprobatória sempre que solicitada pela fiscalização contratual.

18.1.13. A Contratada deverá garantir o sigilo, guarda, integridade, rastreabilidade e confidencialidade das imagens diagnósticas, laudos médicos e demais dados sensíveis relacionados aos pacientes, observando integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a RDC ANVISA nº 611/2022, o Código de Ética Médica e demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Em caso de encerramento contratual, a Contratada obriga-se a promover a transferência integral, segura e estruturada do banco de imagens, laudos e registros diagnósticos à Fundação Hospital Frei Gabriel, sem ônus adicional e sem retenção tecnológica indevida (lock-in).

18.1.14. A Contratada deverá cumprir integralmente os Acordos de Nível de Serviço (SLA) previstos no Termo de Referência, especialmente quanto aos prazos máximos de emissão de laudos, disponibilidade da plataforma tecnológica e comparecimento presencial para atendimento em regime de sobreaviso, sujeitando-se às glosas e penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

18.1.15. Fica expressamente vedada a utilização de fotografias, filmagens, capturas de tela, aplicativos de mensagens, escâneres não específicos ou quaisquer métodos inadequados para digitalização ou transmissão de imagens diagnósticas destinadas à emissão de laudos médicos, devendo a Contratada utilizar exclusivamente sistemas e protocolos compatíveis com os padrões técnicos e sanitários aplicáveis, especialmente a RDC ANVISA nº 611/2022.

18.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - Compete à **Fundação Hospital Frei Gabriel**, na qualidade de **CONTRATANTE**:

18.2.1. Efetuar o **pagamento devido** pelos serviços efetivamente prestados, nos prazos e condições estabelecidos no contrato, após o devido **atesto da execução**.

18.2.2. Notificar formalmente a Contratada acerca de **eventuais irregularidades, falhas ou imperfeições** verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para correção, quando cabível.

18.2.3. Acompanhar, controlar e **avaliar a execução dos serviços**, quanto à qualidade, regularidade e conformidade com o contrato e o Termo de Referência.

18.2.4. Exercer a **fiscalização da execução contratual**, com a prerrogativa de **aceitar ou rejeitar**, total ou parcialmente, os serviços prestados, quando em desacordo com as exigências contratuais.

18.2.5. Manifestar-se formalmente nos atos relacionados à execução contratual, especialmente quanto à **aplicação de sanções, alterações contratuais e prorrogações**, quando cabíveis.

18.2.6. Prestar à Contratada as **informações e esclarecimentos necessários** à adequada execução do contrato.

18.2.7. Designar, por meio de **ato formal, gestor e fiscal do contrato**, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e registro da execução contratual, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

19 – DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. Os serviços de apoio ao diagnóstico por imagem serão prestados de forma contínua, sob demanda, conforme as necessidades assistenciais da Fundação Hospital Frei Gabriel, observando o modelo híbrido de execução previsto no Termo de Referência.

19.2. A execução contratual compreenderá:

I – emissão remota de laudos médicos por telerradiologia para exames de radiografia (raio-x) e tomografia computadorizada realizados pela equipe técnica da Fundação Hospital Frei Gabriel;

II – realização presencial de exames de ultrassonografia com emissão de laudos médicos;

III – cobertura de plantão de sobreaviso em ultrassonografia para atendimento de urgência e emergência.

19.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, com inscrição ativa no Conselho Regional de Medicina (CRM) e qualificação compatível com as respectivas especialidades diagnósticas.

19.4. A solução de telerradiologia deverá operar obrigatoriamente mediante utilização de sistema PACS/RIS compatível com os padrões DICOM e HL7, assegurando:

I – armazenamento seguro das imagens e laudos;

II – rastreabilidade das informações diagnósticas;

III – interoperabilidade entre sistemas;

IV – integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados;

V – controle de acesso e segurança da informação.

19.5. A Contratada deverá observar integralmente:

I – a Resolução RDC ANVISA nº 611/2022;

II – as normas do Conselho Federal de Medicina;

III – a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

IV – as normas técnicas e sanitárias aplicáveis aos serviços de diagnóstico por imagem e telerradiologia.

19.6. Os serviços deverão observar os seguintes Acordos de Nível de Serviço (SLA):

I – tomografia computadorizada de urgência e emergência: até 2 (duas) horas;

II – exames prioritários de pacientes internados: até 6 (seis) horas;

III – exames eletivos: até 48 (quarenta e oito) horas;

IV – comparecimento presencial do médico ultrassonografista em regime de sobreaviso: até 60 (sessenta) minutos após acionamento.

19.7. A contratada deverá garantir disponibilidade mínima mensal de 99% (noventa e nove por cento) da plataforma de telerradiologia, mantendo mecanismos de contingência, redundância e suporte técnico especializado.

19.8. A Fundação Hospital Frei Gabriel realizará a fiscalização contínua da execução contratual, podendo rejeitar laudos, exames ou serviços executados em desacordo com as exigências técnicas, sanitárias ou contratuais.

19.9. As imagens diagnósticas e laudos médicos deverão permanecer armazenados em ambiente seguro pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, assegurando:

I – integridade das informações;

II – rastreabilidade;

III – disponibilidade para consulta;

IV – proteção de dados pessoais sensíveis;

V – conformidade com a legislação sanitária e de proteção de dados aplicável.

20 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes da presente licitação **correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da Fundação Hospital Frei Gabriel**, consignados no **orçamento vigente**, em dotação específica a ser indicada no momento da emissão da **nota de empenho**, nos termos da legislação aplicável.

20.1. A contratação ficará **condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente**, bem como à prévia **emissão da nota de empenho**, em observância ao disposto na **Lei nº 14.133/2021** e às normas de direito financeiro.

21 - FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado pela **Fundação Hospital Frei Gabriel** no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da **data do atesto da execução dos serviços**, mediante apresentação da **nota**

fiscal/fatura, acompanhada dos **relatórios ou documentos comprobatórios da execução**, e após a **regular liquidação da despesa**, nos termos da legislação vigente.

21.1. Na hipótese de existência de **erro(s) na nota fiscal/fatura**, inconsistência documental ou qualquer outra circunstância que **impeça a liquidação da despesa**, o pagamento ficará **suspenso**, sendo a Contratada **formalmente comunicada** para que promova as devidas correções.

Parágrafo único. O prazo para pagamento será **reiniciado integralmente** a partir da data da **regularização da pendência**, observada a **ordem cronológica de pagamentos**, conforme dispõe a legislação aplicável.

21.2. O pagamento somente será realizado **após a verificação da regularidade da execução contratual** e do cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da retenção de valores, quando cabível, nos termos da lei e do contrato.

22 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS - O licitante ou o contratado será **responsabilizado administrativamente**, assegurados o **contraditório e a ampla defesa**, pela prática das seguintes **infrações**, nos termos do **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**:

22.1. Dar causa à **inexecução parcial do contrato**.

22.2. Dar causa à **inexecução parcial do contrato** que cause **grave dano** à Contratante, ao **funcionamento dos serviços públicos** ou ao **interesse coletivo**.

22.3. Dar causa à **inexecução total do contrato**.

22.4 Deixar de entregar a **documentação exigida** para o certame.

22.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a **documentação exigida para a contratação**, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

22.6. Ensejar o retardamento da **execução do objeto** ou da entrega dos serviços, **sem motivo justificado**.

22.7. Apresentar **declaração ou documentação falsa** exigida para o certame, ou **prestar declaração falsa** durante a licitação ou a execução do contrato.

22.8. Fraudar a licitação ou **praticar ato fraudulento** na execução do contrato.

22.9. Comportar-se de modo **inidôneo** ou **cometer fraude de qualquer natureza**.

22.10. Praticar atos **ilícitos** com vistas a **frustrar os objetivos da licitação**.

22.11. Praticar ato **lesivo** previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013** (Lei Anticorrupção).

23 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - A recusa injustificada do **adjudicatário** em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará **descumprimento total das obrigações assumidas**, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e na **Lei nº 14.133/2021**.

23.1. Pela prática das **infrações administrativas** previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, a **Fundação Hospital Frei Gabriel** poderá aplicar ao licitante ou à contratada, **assegurados o contraditório e a ampla defesa**, as seguintes **sanções**, nos termos do **art. 156** da mesma Lei, **sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis**:

I – **Advertência**;

II – **Multa**;

III – **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública, pelo prazo de até **03 (três) anos**;

IV – **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública.

23.2 – DA MULTA - A sanção de multa será aplicada **de forma proporcional e motivada**, conforme a gravidade da infração e o dano causado, observados os seguintes parâmetros:

23.2.1 – Atraso injustificado na execução dos serviços: multa de **0,5% (meio por cento) por dia útil**, incidente sobre o **valor mensal do contrato**, limitada a **10% (dez por cento)** do referido valor.

23.2.2 – Inexecução parcial do contrato:

multa de **até 10% (dez por cento)** sobre o **valor da parcela inadimplida**.

23.2.3 – Inexecução total do contrato:

multa de **até 20% (vinte por cento)** sobre o **valor total do contrato**, sem prejuízo da **rescisão unilateral**.

23.3. As sanções de **advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade** poderão ser aplicadas **isolada ou cumulativamente com a multa**, conforme o caso, observado o disposto no **art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021**.

23.4. As sanções somente serão aplicadas **após regular processo administrativo**, com **notificação do interessado** para apresentação de **defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, observadas as demais formalidades legais.

23.5. As multas aplicadas **não possuem caráter compensatório**, não eximindo a contratada da **reparação integral dos danos** causados à Administração.

23.6. As multas poderão ser **compensadas** com valores devidos à contratada, **mediante prévia notificação**, ou **cobradas administrativamente ou judicialmente**, conforme o caso.

Parágrafo único. Na inexistência de compensação, a Contratante poderá

suspender pagamentos, observados o contraditório e a ampla defesa, até a comprovação do recolhimento da multa ou sua quitação por ato da Administração.

23.7. A aplicação das sanções previstas neste capítulo **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Fundação Hospital Frei Gabriel.

23.8 – DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - A **personalidade jurídica** poderá ser **desconsiderada** quando utilizada com abuso de direito para **facilitar, encobrir ou dissimular** a prática de atos ilícitos, ou para provocar **confusão patrimonial**, estendendo-se os efeitos das sanções aos **administradores e sócios com poderes de administração**, observado o **contraditório, a ampla defesa e a prévia análise jurídica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

24 – DO SIGILO, DA CONFIDENCIALIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - A **CONTRATADA** e a **Fundação Hospital Frei Gabriel**, na qualidade de **CONTRATANTE**, comprometem-se a **guardar sigilo e confidencialidade** sobre todas as informações, dados e documentos a que tiverem acesso em razão da execução do contrato, adotando as **melhores práticas de segurança da informação**, em conformidade com a legislação vigente.

24.1. As partes obrigam-se a realizar o **tratamento de dados pessoais** estritamente de acordo com as disposições da **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, utilizando os dados **exclusivamente para os fins necessários à execução do objeto contratual**, ou nas hipóteses legalmente autorizadas.

24.2. A **CONTRATADA** deverá assegurar que seus **empregados, colaboradores, prepostos ou prestadores de serviços** que, no exercício de suas funções, tenham acesso a dados pessoais ou informações confidenciais, estejam **formalmente obrigados ao dever de sigilo e confidencialidade**, inclusive após o término do vínculo contratual.

24.3. É **terminantemente vedada** a utilização, compartilhamento, divulgação ou tratamento de dados pessoais e informações confidenciais para **finalidades diversas** daquelas relacionadas à execução do contrato, bem como para fins ilícitos ou incompatíveis com a legislação vigente.

24.4. A **CONTRATADA** será **integralmente responsável** pelo uso indevido, tratamento irregular ou vazamento de dados pessoais a que der causa, direta ou indiretamente, **não podendo ser imputada à Contratante qualquer responsabilidade por atos praticados pela Contratada ou por terceiros sob sua responsabilidade**.

24.5. A **CONTRATANTE** **não compartilhará dados pessoais** com terceiros, salvo nas hipóteses **expressamente autorizadas pela Lei nº 13.709/2018**, especialmente para cumprimento de obrigação legal ou regulatória, execução de políticas públicas ou atendimento a requisições de autoridades competentes.

24.6. O dever de **sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais** permanecerá vigente **mesmo após o término da vigência do contrato**, independentemente do motivo do seu encerramento.

24.7. Na hipótese de ocorrência de **incidente de segurança** que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, a parte responsável deverá **comunicar imediatamente** a outra parte, bem como adotar as medidas necessárias para **mitigação dos danos**, observado o disposto na LGPD.

Parágrafo único. Quando exigido pela legislação, o incidente será comunicado à **Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD** e aos **titulares dos dados**, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

24.8. Os dados pessoais tratados no âmbito do contrato serão **eliminados após o término de seu tratamento**, observados os limites técnicos e operacionais, sendo **autorizada a conservação** exclusivamente para as seguintes finalidades:

- I – cumprimento de **obrigação legal ou regulatória** pelo controlador;
- II – realização de **estudos por órgão de pesquisa**, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados;
- III – **transferência a terceiro**, desde que respeitados os requisitos legais de tratamento;
- IV – **uso exclusivo do controlador**, vedado o acesso por terceiros, desde que os dados estejam **anonimizados**.

25 - DISPOSIÇÕES GERAIS - Homologada a licitação, o adjudicatário será **convocado para assinatura do contrato** ou receberá **ordem de serviço ou instrumento equivalente**, conforme a necessidade da **Fundação Hospital Frei Gabriel**, observadas as condições estabelecidas neste Edital e no contrato.

25.1. Caso o adjudicatário **não celebre o contrato ou não execute os serviços** nas condições pactuadas, a Administração poderá **convocar os licitantes remanescentes**, observada a **ordem de classificação**, ou **revogar a licitação**, nos termos da legislação vigente.

25.2. É facultado ao **Agente de Contratação (Pregoeiro)** ou à autoridade competente, **em qualquer fase do procedimento**, promover **diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo**, bem como solicitar **pareceres técnicos** de órgãos ou profissionais especializados, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da habilitação.

25.3. A presente licitação poderá ser **revogada**, por razões de **interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado**, ou **anulada**, total ou parcialmente, por ilegalidade, **de ofício ou por provocação de terceiros**, mediante decisão **devidamente motivada**, assegurado o **contraditório e a ampla defesa**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

25.4. O Agente de Contratação poderá, no interesse da Administração, **relevar falhas ou omissões de natureza meramente formal**, desde que não comprometam a **isonomia, a competitividade, a segurança jurídica ou a lisura do certame**, sendo admitida a realização de diligências para saneamento.

25.5. É vedado ao licitante retirar ou modificar sua proposta após a abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na legislação.

25.6. As informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados **exclusivamente por meio da Plataforma LICITANET**, no campo próprio do certame, assegurando-se a isonomia entre os licitantes.

25.7. Os **esclarecimentos, respostas a impugnações**, comunicados e interpretações formais emitidos pela Administração no curso do procedimento licitatório possuem caráter vinculante e passam a integrar este Edital para todos os fins, vinculando os licitantes, o Pregoeiro, a Equipe de Apoio e a própria Administração, vedada interpretação posterior divergente que possa comprometer a isonomia, a segurança jurídica ou a vinculação ao instrumento convocatório.

25.8. Em caso de **divergência entre o Edital e seus Anexos**, prevalecerão as disposições do **Edital**.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**, considerando-se apenas os **dias de expediente da Fundação**.

25.10. Cada licitante é responsável pela **veracidade, legitimidade e fidelidade** das informações e documentos apresentados, podendo a Administração, a qualquer tempo, **solicitar documentos ou informações complementares**, nos termos do **art. 59, § 2º, c/c art. 64 da Lei nº 14.133/2021**.

25.11. É vedada a utilização de expedientes meramente protelatórios com o intuito de impedir ou retardar o curso normal do processo licitatório, sujeitando-se o infrator às **sanções administrativas e penais cabíveis**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código Penal.

25.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre **interpretadas em favor da ampliação da disputa**, desde que não comprometam o **interesse público**, a **isonomia** e a **segurança da contratação**.

25.13. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao **Agente de Contratação e Equipe de Apoio**, nos dias úteis, das **08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00**, pelo e-mail **licitacaofhfg@frutal.mg.gov.br**, telefone **(34) 3421-3489**, ou pela **Plataforma LICITANET** (www.licitanet.com.br).

25.14. Toda e qualquer **alteração neste Edital** (errata, adendo, suspensão ou revogação) será divulgada nos **mesmos meios da publicação original**, inclusive na Plataforma LICITANET e no site oficial do Município de Frutal, observados os prazos legais.

25.15. – DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA - Nos termos dos **arts. 157, I, e 158, I, da Constituição Federal**, da **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, da **IN RFB nº 2.145/2023** e da **decisão do STF – Tema 1130 (RE nº 1.223.453)**, a Fundação efetuará a **retenção do Imposto de Renda na**

fonte sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** deverá **destacar o valor da retenção do IR** na nota fiscal/fatura, como condição para o recebimento dos valores.

25.16. Eventuais modificações no Edital que **impactem a formulação das propostas** implicarão **nova divulgação**, com reabertura dos prazos, na forma da legislação vigente.

25.17 – DOS ANEXOS - Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos:

- I – **Anexo I – Termo de Referência;**
- II – **Anexo II – Minuta do Contrato;**
- III – **Anexo III – Minuta da Proposta Atualizada;**
- IV – **Anexo IV – Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.**

Frutal-MG, 26 de maio de 2026.

**VANESSA GONÇALVES
MENDES**
RT de Radiologia

JADER SABINO DA SILVA
Presidente